



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



DECRETO nº 1398/2019

de 10 de outubro de 2019.

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Paulistânia**, Estado de São Paulo, dr. **PAULO AUGUSTO GRANCHI**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, inciso V da lei orgânica municipal,

Considerando a Resolução nº 80, de 19 de abril de 1995, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Ministério Público do Trabalho (MPT), e,

Considerando o Decreto Estadual nº 40.322, de 15 de setembro de 1995,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Emprego com a finalidade de consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração de um Sistema Público de Emprego, do Município de Paulistânia.

Parágrafo único. A Comissão Municipal de Emprego, órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, está vinculada à Comissão Estadual de Emprego, instituída pelo Decreto nº 40.322, de 15 de setembro de 1995, e suas alterações subsequentes.

Artigo 2º. Compete à Comissão:

I. aprovar seu regimento interno, observando os critérios da Resolução 80 do Codefat, de 19 de abril de 1995;

II. propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desempenho estrutural sobre o mercado de trabalho;

III. articular-se com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisa, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento e orientação de suas ações da atuação dos órgãos integrantes do Sine, como também das ações relativas aos Programas de Geração de Emprego e Renda;

IV. articular-se com instituições e organizações envolvidas nos Programas de Geração de Emprego e Renda, visando a integração de suas ações;

V. promover o intercâmbio de informações com outras Comissões Municipais de Emprego, objetivando não apenas a integração do sistema, mas também a obtenção de dados orientados de suas ações;



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



VI. formular diretrizes específicas sobre a atuação do Sine, em consonância com aquelas defendidas pelo MTE/Codefat;

VII. propor alocação de recursos, por área de atuação, quando da elaboração do plano de trabalho pelo Sine no âmbito correspondente;

VIII. proceder ao acompanhamento da utilização dos recursos alocados mediante convênios, ao Sine e aos Programas de Geração de Emprego e Renda, no que se refere ao cumprimento dos critérios, de natureza técnica, definidos pelo MTE/Codefat e pela Comissão Estadual de Emprego;

IX. participar da elaboração do plano de trabalho do Sine no âmbito de sua competência para que seja submetido à aprovação da Comissão Estadual de Emprego;

X. acompanhar a execução do plano de trabalho do Sine e dos Programas de Geração de Emprego e Renda;

XI. propor à Coordenação Estadual do Sine a reformulação das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho, quando necessário;

XII. propor medidas para o aperfeiçoamento do Sine e os Programas de Geração de Emprego e Renda;

XIII. examinar, em primeira instância, o relatório de atividades apresentadas pelo Sine;

XIV. criar Grupo de Apoio Permanente (GAP), com composição tripartite e paritária em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, o qual poderá, a seu critério, constituir subgrupos temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas;

XV. subsidiar, quando solicitadas, as deliberações do Codefat e da Comissão Estadual de Emprego;

XVI. encaminhar, após avaliação, às diversas instituições financeiras, projetos para obtenção de apoio creditício;

XVII. receber e analisar, sob os aspectos quantitativos, os relatórios de acompanhamento dos projetos financeiros com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

XVIII. elaborar relatórios sobre a análise procedida, encaminhando-os à Comissão Estadual de Emprego;

XIX. acompanhar, de forma contínua, os projetos em andamento nas respectivas áreas de atuação;

XX. articular-se com entidades de formação profissional em geral, inclusive as escolas técnicas, sindicatos de pequena e microempresas e demais entidades representativas de empregados e empregadores, na busca de parceria na qualificação e assistência técnica aos beneficiários de financiamento com recursos do FAT, e nas demais ações que se fizerem necessárias;

XXI. indicar as áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito dos Programas de Geração de Emprego e Renda.

§1º. À Comissão, na sua área de competência, caberá o papel de acompanhar a utilização dos recursos financeiros administrados pelo Sine e no âmbito dos Programas de Geração de Emprego e Renda.



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



§2º. O número de integrantes do GAP, a que se refere o inciso XVI, em nenhuma hipótese poderá ser superior à quantidade de representantes na Comissão Municipal de Emprego.

Artigo 3º. A Comissão Municipal de Emprego será constituída de forma tripartite, paritária e deliberativa, contanto com a representação, em igual número, do governo, de trabalhadores e de empregadores, composto de 6 a 18 membros com titulares e suplentes, mediante os seguintes órgãos e entidades:

- I. Representantes do governo;
- II. Representantes dos trabalhadores;
- III. Representantes dos empregadores.

§1º. Cada um dos órgãos e entidades neste artigo indicará um representante e seu suplente.

§2º. Em caso de dificuldade, consultar a secretaria executiva da CEE, acerca das instituições representativas.

§3º. Nos termos dispostos no *caput* deste artigo, a composição da Comissão Municipal de emprego será formalizada por ato do governo municipal, que enviará à CEE cópia do ato se sua instituição e do regimento interno, publicado no Diário Oficial.

§4º. O mandato de cada representante é de três anos, permitida a recondução.

§5º. As instituições, inclusive as financeiras, que interagem com a comissão, poderão participar das reuniões, quando convidadas, sendo-lhes facultado manifestar-se sobre assuntos abordados sem, entretanto, ter direito a voto.

Artigo 4º. A Comissão Municipal de Emprego será constituída dos seguintes órgãos:

- I. Colegiado;
- II. Presidência;
- III. Secretaria Executiva.

Artigo 5º. A presidência da comissão será em sistema de rodízio, entre as bancadas do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do presidente a duração de 12 meses e vedada a recondução para período consecutivo.

Parágrafo único. A eleição do presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da comissão.

Artigo 6º. A Secretaria Executiva da Comissão será exercida por representantes do órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego, na localidade, a ela cabendo as realizações das tarefas técnicas e administrativas.

Parágrafo único. O secretário executivo terá direito a voz, mas não a voto.



MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA

CNPJ nº 01.614.826/0001-03



Artigo 7º. Pelas atividades regulares exercidas na comissão, os seus membros, titulares e suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

Artigo 8º. As reuniões ordinárias da comissão serão realizadas, no mínimo, uma vez a cada trimestre, em dia e hora marcados com antecedência mínima de sete dias, sendo precedida da convocação de todos os seus membros.

Artigo 9º. As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo por convocação do presidente da comissão ou de 1/3 de seus membros, sendo precedida com 15 dias de antecedência.

Artigo 10. As deliberações da comissão deverão ser tomadas por maioria simples de voto, com quórum mínimo de metade mais um de seus membros, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

Parágrafo único. As decisões normativas terão forma de deliberação, numeradas de forma sequencial e publicadas em órgão de imprensa de circulação no Município.

Artigo 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.
Paulistânia-SP, 10 de outubro de 2019.

Dr. PAULO AUGUSTO GRANCHI
Prefeito Municipal

REGISTRO:

O presente Decreto foi devidamente registrado pela Secretaria da Prefeitura Municipal sob o nº 1398/2019, em fls. 34, no 4º Livro de Registro de Decretos.

P M de Paulistânia, 10 de outubro de 2019.

CLAUDINEI APARECIDO BALDUINO
Procurador Jurídico Municipal